OBSERVARE
Universidade Autónoma de Lisboa
e-ISSN: 1647-7251
VOL. 17, Nº. 2
Novembro 2026-Abril 2027

JANUS.NET
e-journal of International Relations

# O ESTADO NOVO SOB MARCELLO CAETANO NA ENCRUZILHADA - UMA PERSPETIVA REALISTA NEOCLÁSSICA SOBRE A POSIÇÃO PORTUGUESA DURANTE GUERRA DO YOM KIPPUR DE 1973

**JOÃO TAVARES**
joao.tavares@ulusofona.pt
Doutorando em Relações Internacionais pela NOVA FCSH. Assistente da Faculdade de Direito e de Ciência Política da Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto (Portugal) e Investigador Associado do CEAD Francisco Suárez, https://orcid.org/0000-0002-3764-8797

## Resumo

O propósito desta investigação é realizar uma análise sobre a posição portuguesa durante Guerra do Yom Kippur de 1973, tendo a Teoria Realista Neoclássica das Relações Internacionais como referência metodológica, o que vai permitir representar a configuração da situação e explicar o porquê do posicionamento do governo de Lisboa, na qual será necessário fazer uma breve descrição dos objetivos estratégicos inseridos no interesse nacional português presentes na política externa, tendo como objetivo de estabelecer a existência de uma conexão entre as condicionantes domésticas e a estrutura internacional na qual Portugal se insere, e a sua respetiva influência no processo decisório em política externa portuguesa. As principais conclusões obtidas neste estudo de caso mostram que a decisão do governo de Marcello Caetano foi influenciada pelas dinâmicas internas e a estrutura do sistema internacional, tendo em consideração a capacidade portuguesa e os interesses portugueses naquele momento histórico em particular.

## Palavras-chave

Açores; Atlântico; Estado Novo; Marcello Caetano; Política Externa Portuguesa; Realismo Neoclássico.

## Abstract

The purpose of this research is to conduct an analysis of the Portuguese position during the 1973 Yom Kippur War, using the Neoclassical Realist Theory of International Relations as a methodological reference, which will allow us to represent the configuration of the situation and explain the reason for the positioning of the Lisbon government, in which it will be necessary to make a brief description of the strategic objectives inserted in the Portuguese national interest present in foreign policy, with the aim of establishing the existence of a connection between domestic constraints and the international structure in which Portugal is inserted, and their respective influence on the decision-making process in Portuguese foreign policy. The main conclusions obtained in this case study show that the decision of Marcello Caetano's government was influenced by the internal dynamics and the structure of the international system, considering Portuguese capacity and Portuguese interests at that historical moment.

## Keywords

Azores; Atlantic; Estado Novo; Marcello Caetano; Brazilian Foreign Policy; Neoclassical Realism.

**Como citar este artigo**
Tavares, João (2026). O Estado Novo sob Marcello Caetano na Encruzilhada - Uma Perspetiva Realista Neoclássica sobre a Posição Portuguesa durante Guerra do Yom Kippur de 1973. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 17, Nº. 2, Novembro 2026-Abril 2027, pp. 131-146. DOI https://doi.org/10.26619/1647-7251.17.2.7

**Artigo submetido em 21 de julho de 2025 e aceite em 27 de fevereiro de 2026.**

CC BY

# O ESTADO NOVO SOB MARCELLO CAETANO NA ENCRUZILHADA - UMA PERSPETIVA REALISTA NEOCLÁSSICA SOBRE A POSIÇÃO PORTUGUESA DURANTE GUERRA DO YOM KIPPUR DE 1973

**JOÃO TAVARES**

## Introdução

Em 6 de outubro de 1973, no dia do feriado judaico Yom Kippur, as tropas do Egito e Síria lançaram um ataque-surpresa coordenado contra Israel, ao cruzar as linhas de cessar-fogo no Sinai e nas colinas do Golã, cujos territórios tinham sido capturadas pelas tropas israelitas, em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, o que deu origem ao quarto conflito entre árabes e israelitas, que ficou mais conhecido como a Guerra do Yom Kippur (Rabinovich, 2004).

Porém, esta crise do Médio Oriente de outubro de 1973 não se esgotou nas fronteiras regionais do conflito árabe-israelita. Ao mobilizar as duas superpotências da Guerra Fria, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em operações paralelas de reabastecimento militar, transformou-se rapidamente numa crise sistémica que testou a coesão da Aliança Atlântica e colocou os seus Estados-membros perante um dilema incontornável: ceder às pressões norte-americanas para apoiar logisticamente Israel, e arriscar a retaliação económica dos produtores árabes de petróleo, ou alinhar-se com a recusa generalizada dos parceiros europeus. E foi neste contexto que Portugal, então governado por Marcello Caetano, destacou-se como a única exceção europeia ao autorizar o uso da base aérea das Lajes, nos Açores, para a operação de reabastecimento aéreo norte-americana conhecida como Operação Nickel Grass.

A utilização dos Açores, no âmbito da ajuda dos EUA à Israel, aconteceu numa altura em que as relações entre os governos de Washington e de Lisboa não atravessavam o seu melhor momento, uma vez que "as expectativas depositadas no acordo das Lajes tinham sido defraudadas" (Pereira, 2022, p. 415), e aproximava-se o momento da renegociação, uma vez que o acordo em vigor expirava em fevereiro de 1974, numa altura em que a Guerra do Ultramar prosseguia em pleno auge da Guerra Fria.

Tendo em consideração a situação na região do Médio Oriente e o facto de Portugal não ter reconhecido o Estado de Israel, seria de esperar que o governo português optasse pela neutralidade ou mesmo a recusa do seu envolvimento no conflito, para evitar o antagonismo dos Estados árabes.

Ao mesmo tempo, Portugal estava desesperado em obter mais armamento e equipamento dos EUA para fazer face às necessidades existentes nos seus teatros de guerra ativos em África, e contava com a oposição ativa do Congresso dos EUA às suas necessidades. Numa fase inicial, o governo de Lisboa optou por recusar atender o pedido dos EUA enquanto não fossem cumpridos os requisitos portugueses, até Marcello Caetano ser pressionado por Henry Kissinger, o então Secretário de Estado da Administração Nixon, para Portugal ceder às exigências dos EUA.

Assim sendo, como se pode explicar a posição assumida pelo governo de Marcello Caetano neste conflito? Para ser possível obter uma explicação sobre a posição assumida pelo executivo da política externa portuguesa liderado por Marcello Caetano, iremos recorrer às Teorias das Relações Internacionais que visam contribuir para a formação de uma explicação sobre a realidade que nos rodeia no sistema internacional, dependendo da corrente teórica que pretendemos utilizar para efetuar uma análise das ações dos Estados, e do contexto internacional que estão inseridos, iremos obteremos diferentes respostas sobre as interações e os problemas internacionais, uma vez que cada corrente teórica se foca em diferentes aspetos que ocorrem na arena da política internacional. Acrescenta Mendes (2022, p. 615), "as Teorias das Relações Internacionais podem dividir-se entre as teorias mais racionalistas que tentam oferecer explicações relativamente causais" sobre as relações entre os Estados no sistema internacional, "e as teorias mais reflexivas que tentam demonstrar as relações constitutivas" (*ibidem*) da realidade internacional, uma vez que a política externa de qualquer Estado soberano "não deve assentar em ideologias ou não deve ser dominada por elas" (Calvet de Magalhães, 1987, p. 36).

O propósito da nossa investigação sobre este estudo de caso em particular é realizar uma análise sobre o posicionamento de Portugal marcelista na Guerra do Yom Kippur de 1973, a partir dos pressupostos teóricos do Realismo Neoclássico, que surge com "o intuito de ultrapassar a visão excessivamente estrutural do realismo de Waltz e, assim, contrariar a perspetiva de que a sua teoria política internacional não era uma teoria de política externa" (Mendes, 2019, p. 98).

O Realismo Neoclássico, de acordo com Gideon Rose (1998) e Randall Schweller (2004), oferece uma abordagem integrada do paradigma realista para explicar a política externa dos Estados no sistema internacional, no qual integra elementos sistémicos do realismo estrutural de Kenneth N. Waltz (1979), como a distribuição de poder no sistema internacional como o principal determinante do comportamento do ator estatal, com as principais premissas do realismo clássico, no qual o sistema internacional é anárquico e que os Estados procuram sobreviver no meio da anarquia internacional, mas também considera que as características internas dos Estados podem moldar suas ações no sistema internacional (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Rose, 1998).

O enquadramento temporal deste estudo só terá em consideração os acontecimentos que contribuíram para a alteração da posição portuguesa, no qual poderão ser necessários referir eventos anteriores que contribuíram para a decisão em si.

## A conjuntura internacional no sistema internacional da Guerra Fria

O ano de 1973 marcava o auge da *détente*, que visava o desanuviar das relações entre os EUA e a URSS, as duas superpotências hegemónicas no sistema internacional, o que "significou uma crescente racionalização das relações entre as duas superpotências rivais" (Mendes, 2021, p. 217), assim como uma consequência da "relativa paridade estratégica nuclear, a *détente* fundamenta-se na necessidade mútua de extrair vantagens de uma política de dissipação de confrontos e redução da tensão entre atores que reconheceram a existência da destruição mútua assegurada" (*ibidem*).

Para além da rivalidade entre o Oeste e o Leste, que encontrava a sua manifestação no Muro de Berlim no continente europeu e na Guerra do Vietname na região da Ásia-Pacífico, o sistema internacional encontrava-se igualmente marcado pela situação no Médio Oriente, onde nenhuma das duas superpotências interveio diretamente, mas ambas apoiaram os dois campos opostos nos diferendos regionais.

Ao longo da década de 1970, os EUA procuravam manter o equilíbrio de forças na ordem regional instável do Médio Oriente, tendo como objetivo a assegurar a sua posição como perante os Estados árabes, e reduzir a influência soviética na região (Gutfeld & Vanetik, 2016).

Todavia, os EUA estavam em braços com uma crise interna que condicionou a condução na sua política externa, que foi o escândalo Watergate, que fragilizou o Presidente Richard Nixon perante o Congresso dos EUA e ofereceu mais protagonismo nas decisões da política externa dos EUA a Henry Kissinger, o então Secretário de Estado e Conselheiro de Segurança Nacional.

Ao mesmo tempo, a França sob Georges Pompidou tentou assumir uma posição de autonomia em relação aos EUA na sua condução da política externa no Médio Oriente em colisão com os interesses dos EUA, nomeadamente com a entrega de aviões Mirage á revolucionária e anticomunista Líbia do coronel Muammar Kadhafi, e à recusa francesa em vender armamento a Israel, o que obrigou Washington a assumir essa obrigação. Enquanto isso, no lado comunista, a URSS manteve a sua posição ambígua. "O Egito recambiou os seus técnicos, mas aceita as suas armas. O Iraque mantém comunistas no seu governo" (Duroselle & Kaspi, 2009, p. 328-329) a prazo, enquanto na Síria e no Sudão, os respetivos regimes suprimem rebeliões comunistas.

No Médio Oriente, "onde as clivagens político-religiosas maximizavam a violência, o Egito desligava-se gradualmente da União Soviética" (Antunes, 1986, p. 245), ainda existia uma questão que dominava a agenda de segurança internacional no que dizia respeito ao Médio Oriente, que era a questão israelo-árabe, "que impossibilitam não só uma solução, mas também uma verdadeira negociação" (Duroselle & Kaspi, 2009, p. 323), uma vez que Israel punha como condição irreversível conservar o seu controlo sobre Jerusalém, condição essa os Estados árabes "recusavam com o mesmo vigor, porque essa cidade é também um lugar santo da religião muçulmana" (*ibidem*).

Em setembro de 1973, "o movimento palestiniano parecia enfraquecido" (Duroselle & Kaspi, 2009, p. 328) e o mundo árabe mostrava-se mais unido, evidenciado pela "reaproximação entre as monarquias e repúblicas, entre moderados e revolucionários"

(*ibidem*), o que leva a eclosão da Guerra de Yom Kippur, igualmente conhecida como a Quarta Guerra Israelo-Árabe (Herzog, 2003).

Porém, a explicação para a sua eclosão é justificada devido à reunião solicitada pelo Egito do Conselho de Segurança das Nações Unidas de julho de 1973, devido ao abate de um *Boeing* civil líbio que se perdera na travessia da Península do Sinai pelas tropas israelitas, o que teve como resultado um texto vago que empregava a fórmula francesa "Não há retirada sem compromisso de paz", e no qual teve 13 votos a favor, e contou com a abstenção chinesa e o veto dos EUA. Como notam Duroselle e Kaspi (2009, p. 331), "não se tinha avançado um passo. Talvez se deva ver nesse fracasso a origem da decisão árabe" sob a liderança de Anwar Sadat, o sucessor de Nasser na Presidência do Egito, em neutralizar a expansão israelita e retomar a península do Sinai, pela força.

Importa destacar que este era o cenário da pressão sistémica que condiciona a dinâmica externa de Portugal marcelista no sistema internacional, na qual Portugal encontra-se perante o equilíbrio de forças ditado pelas duas superpotências hegemónicas, (Duroselle & Kaspi, 2009), e a orientação preferencial da política de alianças do governo de Lisboa (Severiano Teixeira, 1990), tal como tinha sido definido por Salazar (Nogueira, 2000).

## As variáveis da situação doméstica portuguesa na década de 1970

Nesta altura, o decisor político era Marcello Caetano, enquanto Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, que era o responsável máximo sobre o executivo da política externa portuguesa, tendo como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, e como Presidente da República, o Almirante Américo Thomaz.

## As perceções da liderança do executivo da política externa portuguesa

A perceção da liderança do executivo da política externa sobre a distribuição do poder é uma das variáveis intervenientes a nível doméstico a ter em consideração, neste estudo de caso, uma vez que os governantes que compõem o executivo da política externa portuguesa são os atores primários nos assuntos internacionais (Schweller, 2004).

O líder do executivo da política externa do Estado Novo, Marcello Caetano iniciou o ano de 1973 a enunciar na RTP, as soluções do seu governo para a questão do Ultramar:

> *"o governo não está inativo na busca de soluções políticas que sejam válidas para os territórios do ultramar. Soluções nossas, e não impostas por outros, soluções na linha que um dia defini como sendo a de preparar o futuro para que seja um futuro português"* (Caetano, 1973, p. 13).

Como nota Castilho (2012, p. 679), Caetano "é um legalista convicto, que procura agir dentro dos limites da lei", o que justifica a adoção da mesma tática que Salazar adotara no caso do Estado Português da Índia, em 1961, na qual para "a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com terroristas abrindo caminho a outras negociações" (Caetano, 1974, p. 191), uma vez que tal derrota militar deixaria intactas as possibilidades jurídicas

e políticas de continuar a defender o resto do Ultramar Português, uma posição subscrita por Rui Patrício.

No entanto, o Presidente do Conselho de Ministros estava "preso ao seu legalismo jurídico-político, recusava; à partida e liminarmente, abrir porta das negociações que poderiam ter sido o início de uma saída negociada do problema africano" (Castilho, 2012, p. 679), apesar de acreditar que "as colónias não podiam servir como solução para uma crise que pertencia à Europa e não a Portugal" (Martinho, 2016, p. 404).

Ciente da hostilidade existente contra Portugal no sistema internacional, o executivo da política externa portuguesa sob a liderança de Marcello Caetano encarou a chegada do republicano Richard Nixon à Casa Branca como um bom presságio para as relações entre Lisboa e Washington (Antunes, 2000). Esta visão foi confirmada no momento da visita de Estado de Marcello Caetano aos EUA, em março de 1969, onde Nixon prometeu a Caetano "que as relações entre ambos países iam e entrar numa nova fase, agora de colaboração e bom entendimento" (Castilho, 2012, p. 767).

Na ótica do executivo da política externa do Estado Novo, a mudança de agulha da diplomacia dos EUA veio em altura oportuna, uma vez que "o principal apoio de que Portugal necessitava era de natureza militar, para reforçar os meios de defesa na guerra de África" (Castilho, 2012, p. 767), cuja opinião era partilhada pelo Estado-Maior das Forças Armadas, principalmente em 1973, quando o governo de Lisboa tomou conhecimento da possibilidade do PAIGC de utilizar meios aéreos como *MiG*s soviéticos contra as tropas portuguesas (Antunes, 2000).

Perante esta ameaça, o governo de Lisboa, no sentido de responder às necessidades militares das Forças Armadas no teatro operacional da Guiné, pediu aos EUA o fornecimento dos mísseis *Red Eye*, cujo pedido "foi recusado sob a invocação de a pretensão ir contra o que fora aprovado pelas duas câmaras do Congresso" dos EUA (Castilho, 2012, p. 767). A resposta foi recebida com desagrado pelo Governo de Marcello Caetano, que esperava que a Administração Nixon cumprisse a sua promessa sobre a melhoria das relações entre Portugal e os EUA (Aires Oliveira, 2005).

Todavia, a eclosão da Guerra de Yom Kippur no Médio Oriente representou uma oportunidade para o Portugal marcelista perante os EUA para romper com a tentativa de isolamento de Portugal no sistema internacional e obter o armamento necessário para prosseguir com a guerra de África (Antunes, 2000). Como nota Pereira (2022, p. 415), "Portugal preparava-se para recusar o pedido americano, como outros aliados de primeira linha dos EUA já tinham feito ou, no mínimo, extorquir um preço elevadíssimo pelo seu apoio". Nesse sentido, Rui Patrício, sob a indicação de Marcello Caetano, comunicou ao encarregado de negócios americano "que o governo português examinaria cuidadosamente o pedido, mas aproveitou para insistir no fornecimento dos mísseis *Red Eye*" (*ibidem*), apesar de Portugal não reconhecer formalmente a existência do Estado de Israel e de não pretender antagonizar os Estados árabes, apesar destes últimos estarem a ser armados pela União Soviética (Lochery, 2013).

Perante a resposta portuguesa, o Secretário de Estado Henry Kissinger instruiu[1] a embaixada dos EUA em Lisboa para continuarem a insistir com o pedido americano[2], e manteve a rejeição de qualquer fornecimento dos mísseis *Red Eye* (Schneidman, 2005). Os portugueses devolviam a réplica[3] ao insistir que tal cedência dependia de uma série de condições prévias: "não apenas o fornecimento dos mísseis, mas promessas firmes de apoio político e garantias de que o acordo das Lajes seria escrupulosamente cumprido" (Pereira, 2022, p. 416). A discrição em torna das conversas era de tal ordem, que o Ministro dos Negócios Estrangeiros "tinha inclusive requerido a Hall Themido que não apresentasse esse pedido a Washington em nenhum papel escrito" (Antunes, 1992, p. 275), até receber instruções de Lisboa.

Porém, a atitude portuguesa provocou o ultimato de Henry Kissinger que ameaçou deixar Portugal entregue por si só no mundo hostil (Kissinger, 2011), caso não cumpra a exigência de Washington. Quando confrontado com a missiva de Kissinger, Marcello Caetano cedeu às exigências dos EUA, na expectativa de que o pedido[4] pudesse ser atendido posteriormente (Castilho, 2012; Antunes, 2000). Ciente das consequências do apoio português na Guerra de Yom Kippur, Caetano e o resto do governo preparavam-se para a retaliação dos países árabes, que consideravam inevitável, o que veio acontecer (Themido, 1995).

Apesar do aparente isolamento no sistema internacional hostil ao interesse nacional português, Marcello Caetano, como responsável máximo no executivo da política externa portuguesa, tinha noção que Portugal ainda existia margem de manobra para poder contar com a ajuda dos EUA para assegurar o fornecimento militar necessário para prosseguir com a Guerra do Ultramar, devido à importância portuguesa na ponte aérea que ajudou Israel a sair vencedora na Guerra de Yom Kippur.

## Os constrangimentos internos

Em 1973, era ano de eleições para a Assembleia Nacional, e "para Marcello Caetano, os tempos são de extremos: ou tudo ou nada" (Castilho, 2012, p. 740) no que dizia respeito à política doméstica. Como nota Mendes (2020, p. 24), "as eleições de 1973 não trouxeram nada de novo que permitisse desanuviar o bloqueio político com que o regime se defrontava", uma vez que o regime não conseguiu que se formassem forças alternativas ou dissidentes no seio das listas da Ação Nacional Portuguesa, nem mesmo que se oficializasse uma terceira via.

Todavia, para além do aumento da representação parlamentar por conta do reforço ultramarino, as eleições legislativas revelaram-se um ato político do cumprimento do

[1] Ver Ministério dos Negócios Estrangeiros 241. Para a Embaixada de Portugal em Washington. Seção de Cifra, 13 de outubro de 1973, número geral 11 859.
[2] Ver US Department of State. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976, VOLUME E-15, PART 2, DOCUMENTS ON WESTERN EUROPE, 1973–1976, SECOND, REVISED EDITION. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). From the Department of State to the Embassy in Portugal. Telegram 203651, 126. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d126
[3] Ver Ministério dos Negócios Estrangeiros 241. Para a Embaixada de Portugal em Washington. Seção de Cifra, 13 de outubro de 1973, número geral 11 859.
[4] Ver Ministério dos Negócios Estrangeiros 242. Para a Embaixada de Portugal em Washington. Seção de Cifra, 13 de outubro de 1973, número geral 11 860.

calendário, em "condições quase idênticas às do salazarismo" (Castilho, 2012, p. 769), não teve qualquer impacto real na gestão governativa da crise do Médio Oriente, sendo uma manifestação da situação anacrónica do regime político deixado por Salazar.

No entanto, verificou-se que o Estado Novo marcelista não tinha capacidade financeira para grandes aquisições de equipamento militar, apesar da ajuda financeira do governo de Pretória, o seu grande aliado na África Austral, que não hesita em conceder-lhe um avultado empréstimo de 150 milhões de rands (6 milhões de contos) para suportar o esforço de guerra e permitir a aquisição de armamento novo[5], Portugal continuava com acesso restrito aos fornecedores militares (Antunes, 2000; Antunes, 1992).

"Só que estava em causa uma matéria transcendente: o uso das Lajes seria objetivamente uma forma de Portugal alinhar com Israel na guerra" (Antunes, 1992, p. 271), o que colocou Portugal na mira das sanções petrolíferas árabes, uma vez que a logística da Operação Nickel Grass foi impossível de ocultar ao resto do mundo. A base das Lajes estavam já a servir de ponto de transferência de material para Israel, mas a escala da tamanha logística da Operação Nickel Grass tornou demasiado óbvio o papel de Portugal.

Num movimento de antecipação do boicote na venda de produtos petrolíferos a Portugal, o governo de Lisboa "impôs a 9 de novembro o racionamento, ao mesmo tempo que negociava com a *Gulf Oil* garantias de abastecimento" (Pereira, 2022, p. 417). "Conforme o previsto, a 28 de novembro os países árabes impuseram um embargo ao fornecimento de petróleo a Portugal extensivo à Rodésia e à África do Sul. A participação da Gulbenkian numa companhia de petróleo iraquiana foi nacionalizada" (*ibidem*), o que fragilizou a posição internacional portuguesa.

Internamente, o embargo petrolífero provocou danos internos com filas intermináveis nas bombas de gasolina que o regime não conseguiu ocultar, mas a curto prazo manteve o controlo interno (Antunes, 2000), devido à natureza repressiva do regime marcelista, assim como a existência de uma coesão estável na elite governativa do Estado Novo, o que não teve impacto a curto prazo no processo decisório do executivo da política externa portuguesa. No entanto, vai ter consequências a médio prazo que serão sentidas posteriormente a nível da política doméstica.

## As motivações domésticas

Os Açores e "os seus caminhos forjam-se no meio das tensões nascidas dos grandes circuitos comerciais ou militares do Atlântico" (Monjardino, 1983, p. 27) e "Portugal, sendo um país periférico em relação ao continente europeu, tem valorizado a sua situação geoestratégica com base na sua centralidade atlântica" (Mourato Caldeira, 2015, p. 54), sendo os Açores uma peça fundamental na sua leitura geopolítica, o que evidenciava a importância da renovação do acordo das Lajes para o governo de Lisboa, uma vez que era do interesse dos EUA[6] permanecer nos Açores, devido ao facto de a

[5] Ver Memorial sobre o acordo do empréstimo de 150 milhões de rands firmado com a República da África do Sul. Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), 18 de setembro de 1975, ADN/F3/20/48/64.
[6] Ver US Department of State. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976, VOLUME E-15, PART 2, DOCUMENTS ON WESTERN EUROPE, 1973–1976, SECOND, REVISED EDITION. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). Memorandum From the

Base das Lajes ser "considerada uma base-chave para a projeção de forças dos EUA para o Médio Oriente" (Andrade, 2015, p. 101), o que servia de moeda de negociação nas conversações diplomáticas entre Portugal e os EUA[7]. Sendo Portugal, "o elo da cadeia, a todos os níveis, o mais fraco, apesar de recusa das garantias solicitadas, não podia senão ceder" (Castilho, 2012, p. 768) aos EUA, na expetativa de ver os seus pedidos a serem atendidos posteriormente[8].

Em 1973, Portugal não reconhecia a existência do Estado de Israel para evitar o antagonismo dos Estados árabes, apesar de haver discussão interna no Ministério dos Negócios Estrangeiros para o reconhecimento formal de Portugal sobre Israel, datada desde a década de 1950[9], sobre os benefícios económicos de um relacionamento entre os dois Estados.

Depois da crise no Médio Oriente e perante as consequências do embargo de petróleo dos Estados árabes à Portugal, Nixon e Kissinger receberam o João Hall Themido, o embaixador de Portugal em Washington na Casa Branca. Nessa reunião, Henry Kissinger[10] nunca escondeu que dificilmente poderia corresponder aos pedidos do governo de Lisboa, "seguindo as vias legais, mas acenou a possibilidade dos mísseis serem expedidos por «caminhos tortuosos» – o que realmente aconteceu" (Aires Oliveira, 2001, p. 17), os *Red Eye* iam ser fornecidos a Portugal como recompensa pela posição portuguesa na Guerra de Yom Kippur, através de Israel (Themido, 1995), o que poderia abrir a porta para um possível futuro reconhecimento formal por parte de Portugal, como consequência da atitude dos Estados árabes.

No Ultramar, é nomeado general Bettencourt Rodrigues como novo Governador-Geral e Comandante-Chefe da Guiné portuguesa, que chegou ao território, 3 dias antes do PAIGC ter proclamado unilateralmente a independência, que foi de imediato reconhecida por 72 países, e obteve reconhecimento da Assembleia Geral da ONU, através da aprovação da histórica Resolução A/3061 (XXVII), "única no direito de descolonização, que reconhece a independência da República da Guiné-Bissau, em consequência da qual Portugal é considerado potência ocupante e convidado a retirar, e ainda uma recomendação ao

Executive Secretary of the Department of State (Pickering) to the President's Deputy Assistant for National Security Affairs (Scowcroft), 123. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d123

[7] Ver Negociações com os Estados Unidos da América sobre os Açores. Arquivo Marcello Caetano. Arquivo Nacional Torre do Tombo. PT/TT/AMC/PC/002. https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b4790e3866f5455fb082a301d425fbc9

[8] Ver US Department of State. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976, VOLUME E-15, PART 2, DOCUMENTS ON WESTERN EUROPE, 1973–1976, SECOND, REVISED EDITION. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). Memorandum From the Government of the United States to the Government of Portugal, 128. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d128

[9] "A própria Repartição de Negócios Económicos pressionava a Repartição de Negócios Políticos sobre a conveniência do Governo português em reconhecer Israel. Não só devido ao intercâmbio existente e respetivo desenvolvimento, mas devido ao conjunto crescente de firmas que pediam informações sobre importadores em Israel" (Marques, 2013, p. 102).

[10] Ver US Department of State. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976, VOLUME E-15, PART 2, DOCUMENTS ON WESTERN EUROPE, 1973–1976, SECOND, REVISED EDITION. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). Memorandum of Conversation, 130. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d130; US Department of State. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976, VOLUME E-15, PART 2, DOCUMENTS ON WESTERN EUROPE, 1973–1976, SECOND, REVISED EDITION. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). Memorandum From the Director of the Policy Planning Staff (Lord) to Secretary of State Kissinger, 131. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d131

Conselho de Segurança para a admissão da nova república (Castilho, 2012, p. 771), o que motivava urgência na chancelaria portuguesa sobre se os EUA iam exercer o seu direito de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O que veio a acontecer, após a cedência portuguesa sobre o uso dos Açores, os EUA vetaram o pedido da Assembleia Geral, num gesto de recompensa para com o governo de Lisboa, o que evidenciou a existência de uma decisão arriscada, onde Marcello Caetano e o resto do executivo da política externa portuguesa ainda não tinham a certeza sobre a posição dos EUA.

Além disso, a visita de Estado do Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, a Lisboa, em dezembro de 1973, com o propósito de agradecer o apoio português a Marcello Caetano, confirma a intenção dos EUA em continuar a recompensar Portugal pelo seu papel na Guerra de Yom Kippur (Jerónimo & Costa Pinto, 2014), no que diz respeito ao fornecimento militar (Severiano Teixeira, 1995).

O agradecimento dos EUA, veio a 11 de Abril de 1974, quando o Kissinger escreveu ao Rui Patrício para reforçar as palavras prévias do Secretário de Estado Adjunto, Kenneth Rush sobre o reforço de uma cooperação em áreas não militares[11], e assegurou a manutenção do interesse de Washington em continuar a usar as Lajes.

Apesar da carta não fazer referência aos mísseis *Red Eye*, Kissinger veio a cumprir o que prometeu a encontrou uma forma de fornecer os mísseis por caminhos tortuosos para premiar a colaboração de Portugal neste conflito.

Em Abril de 1974, um lote de 500 mísseis *Red Eye*, no valor de custam 209 mil contos, chegou à Alemanha Ocidental com destino a Portugal (Themido, 1995, p. 164). Os mísseis seriam fornecidos por Israel através de um intermediário alemão e com o beneplácito de Washington (Themido, 1995, p. 166). O número de mísseis encomendado mostra que os *Red Eye* não se destinavam apenas à Guiné, onde as forças portuguesas necessitavam de cerca de 200 mísseis, mas também a outros pontos das colónias portuguesas. Rui Patrício tem conhecimento deste desfecho, pois na carta que escreve a João Hall Themido (1995), a 23 de Abril, dá conta dos contactos estabelecidos por uma entidade privada com o Departamento de Defesa Nacional que se revestem da maior importância[12], embora o Ministro tenha admitido que exista elementos suficientes para avaliar a origem verdadeira da iniciativa dos EUA e do momento da sua concretização.

Ainda que seja omisso quanto ao verdadeiro teor da dita iniciativa, tudo indica que estava em causa os mísseis, dado que o ministro dá instruções ao diplomata português para que retome as negociações do acordo das Lajes com o Departamento de Estado, um sinal de que as discordâncias que levaram à suspensão das negociações foram ultrapassadas, embora Rui Patrício aconselhe Themido a não fazer qualquer referência aos mísseis nos contactos seguintes que fosse a fazer, sendo o elemento fundamental das negociações a central nuclear e o respectivo plano de investimento, tendo em consideração não ser possível obter formalmente dos EUA o equipamento militar que fosse ser usado em África.

[11] Carta de Henry Kissinger para o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, 11 de Abril de 1974, ADN/F3/14/29/4.
[12] Nota nº 1229/AF/74 do Estado-Maior General das Forças Armadas para o Director-Geral da Contabilidade Pública, Assunto: Aquisição de conjuntos míssil-lançador "REDEYE", 31 de Julho de 1974, ADN Fundo Geral Cx. 833/9.

As motivações domésticas do regime marcelista podem ser compreendidas tendo em vista a preservação da integridade territorial do Ultramar Português, dentro das possibilidades das capacidades portuguesas, de forma a assegurar a sobrevivência portuguesa no sistema internacional.

## Conclusão

A crise no Médio Oriente apanhou os EUA mergulhados em pleno escândalo Watergate, com o Presidente Richard Nixon sem disponibilidade mental para lidar com questões de política externa dos EUA, pelo que foi o seu Secretário de Estado, que assumiu o protagonismo da situação.

Tendo em consideração que Israel não corria perigo existencial imediato, Kissinger temia que se o apoio dos EUA fosse demasiado rápido e expressivo, corria-se o risco de ofender os Estados árabes e de provocar um agravamento de tensão com a URSS. O que se revelou ser uma avaliação da situação que pecava por excesso de otimismo. Os EUA estavam preocupados com o desgaste sofrido pelas Forças de Defesa de Israel e sobretudo pela informação de que o Egito e a Síria estavam a ser armados por Moscovo, o que tornava mais urgente equipar Israel com munições e equipamento sofisticado, onde se incluiu caças e carros de combate (Antunes, 2000).

Perante a recusa de todos os outros Estados aliados dos EUA na Europa, onde se incluiu a Espanha franquista, Portugal foi o único a autorizar a ponte aérea para Israel (Lochery, 2013), através da Base das Lajes. Como nota Franco Nogueira (2000, p. 353), "entram em ponto morto as relações luso-americanas, mas o clima tem de considerar-se de perspetivas favoráveis, entre 1969 e 1973, à política seguida em África", uma vez que o antagonismo entre Israel e as nações árabes "fazia do Médio Oriente uma zona focal das atenções mundiais e provocou ao longo de 1973 novas fricções dentro da NATO" (Antunes, 1992, p. 269).

No entanto, o uso dos Açores na ponte aérea de socorro a Israel granjeou apoios pontuais à causa portuguesa, o que contribuiu para a modificação da linguagem da emenda Tunney Young, na qual foi removida a menção a Portugal, com a colaboração do *lobby* judaico (Pereira, 2022; Antunes, 1992). Ao mesmo tempo, os EUA, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, vetaram a admissão da Guiné-Bissau como Estado de pleno direito após Assembleia Geral ter reconhecido a sua declaração de independência, o que era uma manifestação de apoio dos EUA a Portugal, como recompensa pelo apoio português no conflito, e um sinal de maior apoio americano, o que evidenciava a intenção de Kissinger em premiar Portugal pelo papel assumido no conflito em favor dos EUA (Pereira, 2022).

Após a Guerra do Yom Kippur, como nota Manuela Franco (2006, p. 70), "os países árabes tiveram um famoso acesso de fúria e Portugal, com outros, foi colocado nas suas listas de boicote petrolífero. Portugal tinha de ser punido pela política colonial e pela colaboração com os EUA", o que veio a contribuir para aumentar a pressão política e económica sobre Portugal (Antunes, 2000; Severiano Teixeira, 1995).

No entanto, "o boicote foi mitigado com a ajuda da Espanha e da *Gulf Oil*, mas não foi possível evitar longas filas de espera nas bombas de gasolina" (Pereira, 2022, p. 418), o

que teve consequências nefastas a nível interno, mas devido à natureza autoritária do regime marcelista a curto prazo a situação doméstica permaneceu sob controlo do regime. Perante a falta de apoio dos Estados europeus, e com "todas as contingências da crise internacional, tendo oferecido a Lisboa um pretexto inesperado para reclamar a ajuda de Washington, evidenciaram também a vulnerabilidade portuguesa e o divórcio político entre os dois países" (Antunes, 1992, p. 291), onde Portugal cedeu aos EUA, "perante um caso típico de exercício de força por parte de uma superpotência aliada e decepcionantemente protetora" (*ibidem*).

Para todos os efeitos, o contexto internacional da guerra do petróleo foi altamente dramático e a URSS e os EUA envolveram-se a fundo na crise do Médio Oriente. Portugal ajudou a salvar o Estado de Israel na Guerra de Yom Kippur e arcou com as consequências, na expetativa da obtenção da ajuda militar dos EUA que poderia assegurar a manutenção da presença portuguesa no Ultramar, e possivelmente restabelecer o controlo militar português sobre a Guiné.

Para o Portugal marcelista, esta crise mostrou como é difícil gerir as relações externas de Estado num momento de alta tensão no auge da Guerra Fria, em que vigorava a lógica "ou estás connosco ou estás contra nós" (*ibidem*), e perante o preço elevado a pagar, depressa ficou mais evidente que os benefícios poderiam superar os riscos na decisão portuguesa em ceder aos EUA. Nesse sentido, a Guerra do Yom Kippur foi um teste de fogo sobre a aliança entre EUA e Israel (Tal, 2014), assim foi um teste de resistência à aliança entre Washington e Lisboa, no qual "Portugal desempenhou no conflito israelo-árabe um papel importante - embora involuntariamente" (Antunes, 1992, p. 291).

Não obstante, como nota Severiano Teixeira (1995, p. 815), "esta posição de Portugal teria um efeito de tal modo positivo sobre as relações bilaterais que, apesar do embargo de armas que persistia sobre Lisboa, Kissinger diligencia no sentido de conseguir o fornecimento dos mísseis que as forças armadas portuguesas requeriam para a condução da guerra" no Ultramar Português.

Isto porque, de acordo com Antunes (1992, p. 279), Henry Kissinger reconheceu posteriormente ter sido duro com Marcello Caetano através da missiva presidencial onde "recusava a Caetano o equipamento militar tão necessário para a Guiné – os mísseis Red Eye", e que pretendia recompensar Portugal pelo seu papel na ponte aérea de socorro a Israel. Ou seja, os EUA combinaram que fariam chegar secretamente alguns mísseis *Red Eye* a Portugal por caminhos duvidosos para compensar Portugal (Severiano Teixeira, 1995; Themido, 1995), nomeadamente através de Israel (Antunes, 1986).

Porém, antes de chegarem os mísseis *Red Eye*, em 25 de abril de 1974, ocorreu o golpe de Estado militar que derrubou o Estado Novo marcelista[13].

## Referências

Aires Oliveira, P. (2001). "A Política Externa do Marcelismo: A Questão Africana". In Martins, F. (Ed.), *Diplomacia & Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal*

[13] "Portugal acabou por encomendar 500 mísseis a Israel que, no 25 de abril, estavam na Alemanha Ocidental à espera de serem expedidos para Lisboa. Costa Gomes e Spínola cancelaram a encomenda" (Pereira, 2022, p. 417).

*do final da monarquia ao marcelismo*. Publicações do Cidehus. doi:10.4000/books.cidehus.3567

Aires Oliveira, P. (2005). Calvet de Magalhães e o Acordo Luso-Americano de 1971. Relações Internacionais, 8, 141-151. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r8/RI08_09PAOliveira.pdf

Andrade, L. (2015). "Os Açores entre a Europa e os Estados Unidos da América: uma perspetiva geoestratégica". In *Nação e Defesa*, 141, pp. 96-106. https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD141/NeD141.pdf

Antunes, J. F. (1986) *Os Americanos e Portugal – Vol. I – Os anos de Richard Nixon 1969-1974*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Antunes, J. F. (1992) *Nixon e Caetano – promessas e abandono*. Lisboa: Difusão Cultural.

Antunes, J. F. (2000) *Portugal na Guerra do Petróleo*. Carnaxide: Edeline.

Caetano, M. (1973). *As grandes opções*. Lisboa: Verbo.

Caetano, M. (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.

Castilho, J. M. T. (2012). Marcello Caetano – Uma biografia política. Coimbra: Edições Almedina.

Duroselle. J.B. & Kaspi, A. (2009). História das Relações Internacionais. Tomo II. Lisboa: Texto & Grafia.

Franco, M. (2006). "O melindre do problema sionista relações Portugal-Israel, 1947-1977". In *Relações Internacionais*, 1 (11), pp. 61-77. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri11/RI11_05MFranco.pdf.

Gutfeld, A. & Vanetik, B. (2016). "A Situation That Had to Be Manipulated': The American Airlift to Israel During the Yom Kippur War". In Middle Eastern Studies, 52 (3), pp. 419-447, DOI: 10.1080/00263206.2016.1144393.

Herzog, C. (2003). The War of Atonement: The Inside Story of the Yom Kippur War. Greenhill Books.

Jerónimo, M. B. & Costa Pinto, A. (2014) *Portugal e o Fim do Colonialismo*. Lisboa: Edições 70.

Kissinger, H. (2011). *Years of Upheaval*. New York: Simon & Schuster.

Lochery, N. (2013). *Lisboa - A Cidade Vista de Fora 1933-1974*. Lisboa: Editorial Presença.

Marques, D. C. (2013) "O Estado Novo face à criação de Israel (1946-1953)". In *População e Sociedade*, 21, pp. 91-105.

Martinho, F. C. P. (2016). *Marcello Caetano – Uma biografia 1906-1980*. Lisboa: Objetiva.

Mendes, P. E. (2019). «As Teorias Principais das Relações Internacionais – Uma avaliação do progresso da disciplina». Relações Internacionais, 1 (61): 95-122.

Mendes, P. E. (2020). "Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno". In Tempo e Argumento, 12 (29). http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0205

Mendes, P. E. (2021). Détente. In Sousa, F.; Mendes, P. E.; Freitas, J. A. G. D.; Ferreira, D.; Rocha, R.; Tavares, A. (Coord.). *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*. Coimbra: Edições Almedina. p. 217.

Monjardino, Á. (1983). "Os Açores e o Atlântico: uma perspectiva para a política externa portuguesa". Nação e Defesa.

Mourato Caldeira, J. R. (2015). "As Missões e Capacidades das Forças Armadas Portuguesas no Arquipélago dos Açores" In *Nação e Defesa*. 141. 53-78. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23926/1/CALDEIRAJoseRomaoMourato_p53_78.pdf.

Nogueira, A. F. (2000). *O Estado Novo 1933-1974*. Porto: Livraria Civilização Editora.

Pereira, B. F. (2022). Orgulhosamente Sós – A diplomacia em Guerra (1962-1974). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Rabinovich, A. (2004). The Yom Kippur War: The Epic Encounter That Transformed the Middle East. Schocken Books.

Ripsman, N. M.; Taliaferro, J. W.; Lobell, S. E. (2016). Neoclassical Realist Theory of International Politics. New York: Oxford University Press.

Schneidman, W. W. (2005). *Confronto em África - Washington e a Queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna da História.

Schweller, R. L. (2004). «Unanswered Threats: A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing». International Security, 29 (2): 159–201. https://doi.org/10.1162/0162288042879913

Severiano Teixeira, N. (1995). "Portugal e a NATO: 1949-1989". In *Análise Social*, 30(133), pp. 803–818. http://www.jstor.org/stable/41011116

Tal, D. (2014). A Tested Alliance: The American Airlift to Israel in the 1973 Yom Kippur War. Israel Studies, 19(3), 29–54. https://doi.org/10.2979/israelstudies.19.3.29.

Themido, J. H. (1995). *Dez Anos em Washington 1971-1981*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Waltz, K. N. (1979). Theory of International Politics. McGraw-Hill.

Rose, G. (1998). "Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy." World Politics, 51(1), 144-172.

## Fontes

Carta de Henry Kissinger para o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, 11 de Abril de 1974, ADN/F3/14/29/4.

Memorial sobre o acordo do empréstimo de 150 milhões de rands firmado com a República da África do Sul. Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), 18 de setembro de 1975, ADN/F3/20/48/64.

Ministério dos Negócios Estrangeiros 241. Para a Embaixada de Portugal em Washington. Seção de Cifra, 13 de outubro de 1973, número geral 11 859. URGENTE SECRETO.

Ministério dos Negócios Estrangeiros 242. Para a Embaixada de Portugal em Washington. Seção de Cifra, 13 de outubro de 1973, número geral 11 860. URGENTE SECRETO.

Negociações com os Estados Unidos da América sobre os Açores. Arquivo Marcello Caetano. Arquivo Nacional Torre do Tombo. PT/TT/AMC/PC/002. https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b4790e3866f5455fb082a301d425fbc9

Nota nº 1229/AF/74 do Estado-Maior General das Forças Armadas para o Director-Geral da Contabilidade Pública, Assunto: Aquisição de conjuntos míssil-lançador "REDEYE", 31 de Julho de 1974, ADN Fundo Geral Cx. 833/9.

US Department of State. Foreign relations of the United States, 1969–1976, volume e-15, part 2, documents on western Europe, 1973–1976, Second, Revised Edition. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). Memorandum From the Executive Secretary of the Department of State (Pickering) to the President's Deputy Assistant for National Security Affairs (Scowcroft), 123. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d123

US Department of State. Foreign relations of the United States, 1969–1976, volume e-15, part 2, documents on western Europe, 1973–1976, Second, Revised Edition. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). From the Department of State to the Embassy in Portugal. Telegram 203651, 126. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d126

US Department of State. Foreign relations of the United States, 1969–1976, volume e-15, part 2, documents on western europe, 1973–1976, Second, Revised Edition. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). Memorandum From the Government of the United States to the Government of Portugal, 128. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d128

US Department of State. Foreign relations of the United States, 1969–1976, volume e-15, part 2, documents on western Europe, 1973–1976, Second, Revised Edition. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). Memorandum of Conversation, 130. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d130

US Department of State. Foreign relations of the United States, 1969–1976, volume e-15, part 2, documents on western Europe, 1973–1976, Second, Revised Edition. Documents on Western Europe, 1973–1976 (Documents 1–382). Portugal, 1973–1976 (Documents 123–178). Memorandum From the Director of the Policy Planning Staff (Lord) to Secretary of State Kissinger, 131. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d131